

Investida de Musk mobiliza reações das cúpulas do Judiciário e do Legislativo

— Barroso vê ‘inconformismo contra a democracia’ e ‘instrumentalização criminosa das redes’; para Pacheco, regulamentar as plataformas é ‘inevitável’; PF monitora mensagens do bilionário

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO
PEPITA ORTEGA

As cúpulas do Judiciário e do Legislativo reagiram ontem às críticas feitas pelo bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou ontem que o “inconformismo contra a democracia se manifesta na instrumentalização criminosa das redes sociais”. Já o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a regulamentação das redes é “inevitável”. A Polícia Federal vai investigar se Musk cometeu algum crime ao ameaçar descumprir decisão do Supremo.

A investida de Musk se deu contra decisões do ministro Alexandre de Moraes, que é também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Moraes, em resposta, incluiu o empresário no inquérito sobre milícias digitais, anteontem, após o bilionário ameaçar descumprir decisões que determinaram a retirada de conteúdos do X.

A PF, a pedido de Moraes, vai analisar se as declarações do empresário podem ser enquadradas, por exemplo, como apologia de crime. A PF também monitora os desdobramentos do caso. Musk prometeu publicar decisões judiciais que determinaram o bloqueio de perfis no X, alegando que elas promovem censura, mas há ordens em sigilo. Uma eventual divulgação pode ser interpretada pelos investigadores como vazamento indevido.

A reação em série ocorreu depois de um post de Musk em que se dizia incomformado com a retirada de conteúdo e com o bloqueio de perfis investigados por ataques às urnas eletrônicas. Musk chegou a afirmar que iria remover as restrições ordenadas por Moraes. E disse que o ministro viola a legislação brasileira e profere exigências “draconianas”.

VPN. Em uma publicação, ensinou ainda seus seguidores a acessar a plataforma X por meio do programa Virtual Private Network (VPN), o que, na prática, significa orientar co-



Moraes pediu à PF que avalie se há crime nas mensagens de Musk



Musk questionou a imparcialidade política de Moraes em novo post

‘Apoio independente de filiação política’, questiona empresário

O empresário Elon Musk disse ontem, no X, que sua rede social apoia o povo do Brasil “independentemente de filiação política” e questionou se o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes faz o mesmo. Desde sábado, Musk tem usado a rede para criticar o magistrado.

Mesmo que Musk recue e cumpra determinações da Justiça brasileira, bolsonaristas que tiveram as contas restritas nas redes sociais têm se valido de meios para burlar o bloqueio das contas, não só no X. O blogueiro Allan dos Santos criou, na sexta-feira, o 40.º perfil no Instagram, após a 39.ª conta, aberta quatro dias antes, ser derrubada pela plataforma.

Ele também tentou driblar a decisão de Moraes ao criar uma conta na rede social OnlyFans, de conteúdo adulto, em março. O perfil foi suspenso. No domingo, conseguiu fazer uma live, mesmo com a conta do canal Terça Livre no X – suspensa no Brasil. O blogueiro mora nos EUA e está foragido da Justiça brasileira.

Um grupo de parlamentares e líderes da direita lançou um manifesto em apoio a Musk. O manifesto é online e se chama “Censura Não – o Brasil precisa ter voz”. ● RAFAELA FERREIRA, JULIANO GALISE E DANIEL WETERMAN

mo se manter no X, mesmo se ele, eventualmente, estiver bloqueado no País.

Além da repercussão institucional, o episódio alimentou o cenário de polarização política no País. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que o assunto “está palpitando fora do Brasil”. “Parece que a salvação nossa, a democracia, está ameaçada”, disse, em uma live.

Barroso, que preside o Judiciário, reforçou que a Corte máxima vai seguir atuando na proteção das instituições e destacou que “toda e qualquer empresa” que opere no País está sujeita à Constituição Federal, às leis e às decisões da Justiça brasileira. “Decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado. Essa é uma regra mundial do estado de direito e que faremos prevalecer no Brasil”, ressaltou. O ministro Edson Fachin também se pronunciou. “Nenhum CEO pode dizer que não vai cumprir decisão judicial.”

Integrantes do primeiro escalão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defenderam o controle das redes sociais, em diversas manifestações. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, classificou o episódio de “ataque inadmissível”.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu a regulamentação das redes: “Não podemos conviver em uma sociedade em que bilionários com domicílio no exterior tenham controle de redes sociais e se coloquem em condições de violar o estado de direito”, escreveu Messias na mesma rede controlada por Musk.

O relator do Projeto de Lei

“Precisamos ter disciplina legal sobre isso, sob pena de ter discricionariedade por parte das plataformas que não se sentem obrigadas a ter o mínimo ético no manejo das informações e desinformações na rede social”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente do Congresso

“Decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado. Essa é uma regra mundial do estado de direito e que faremos prevalecer no Brasil”

Luís Roberto Barroso
Presidente do Supremo
Tribunal Federal

2630, das fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), disse que pedirá ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para incluir a proposta novamente na pauta.

MARCO LEGAL. Pacheco cobrou a votação do projeto já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara que visa estabelecer um marco legal sobre o assunto no Brasil. A proposta foi votada no Senado em 2020 e aguarda a apreciação pe-

los deputados federais.

“Não é censura, não é limitação da liberdade de expressão. São regras para uso dessas plataformas digitais para que pessoas não disseminem ódio, violência, ataques institucionais”, afirmou, em entrevista ontem. “A participação do Judiciário tendo que decidir sobre essas questões sem que haja uma lei que discipline acaba gerando controvérsias como essas que vimos, de o Judiciário precisar agir”, reforçou.

Anteontem, Moraes também havia ordenado a abertura de um inquérito à parte sobre o empresário por suposta obstrução da Justiça, “inclusive em organização criminosa e incitação ao crime”.

A avaliação de Moraes é a de que o bilionário “iniciou uma campanha de desinformação sobre a atuação” do Supremo e do TSE, “instigando a desobediência e obstrução da Justiça, inclusive em relação a organizações criminosas, ordens emanadas da Justiça brasileira relacionadas ao bloqueio de perfis criminosos e que espalham notícias fraudulentas, em investigação nesta Suprema Corte”.

‘APOIO EXTERNO’. Bolsonaro, na transmissão realizada na noite de domingo, afirmou que a fala de Musk deixou claro um “apoio fora do Brasil”. Declarou, ainda, que a “liberdade de expressão está ameaçada”. Ele estava ao lado de dois de seus filhos: o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ). ● COLABORAM GABRIEL HIRABARA, GIORGIANNA NEVES, FERNANDA TRISOTTO E HEITOR MAZZOCO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6